



## GEOGRAFIA HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA AO LONGO DO SÉCULO XVIII E PRIMÓRDIOS DO XIX

### HISTORICAL GEOGRAPHY OF THE TERRITORIAL OCCUPATION OF THE AREA OF MATA MINING THROUGHOUT THE 18TH CENTURY AND THE PRIMORDIALS OF THE XIX

**Rodrigo Faria Mattos**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Rua José Lourenço Kelmer, s/n  
Campus Universitário, Bairro São Pedro  
CEP: 36036-330 - Juiz de Fora – MG  
E-mail: rodrigogeoujf@gmail.com

#### Informações sobre o Artigo

Data de Recebimento:  
10/2016  
Data de Aprovação:  
12/2016

#### Resumo

Existem poucos trabalhos geográficos sobre o processo de ocupação e sobre a formação regional da Zona da Mata mineira. O debate em torno das dinâmicas que ocorreram na região se concentra nos círculos de discussão dos historiadores, e, por isso, eles monopolizam a produção de conhecimento desses processos limitados, assim, pelas metodologias historiográficas. Nossa intenção é contribuir um pouco com esse debate dando a ele um olhar geográfico. Ao longo do trabalho adentra-se em alguns pontos polêmicos com

o intuito não de findar as discussões, mas de apimentá-las. Espera-se assim estar contribuindo com a continuidade das discussões, principalmente aquelas feitas sob o olhar geográfico.

**Palavras-chave:** Zona da Mata mineira; ocupação territorial; geografia histórica.

#### Abstract

There are few geographic works on the occupation process and on the regional formation of the Zona da Mata mining. The debate about the dynamics that have occurred in the region is concentrated in the circles of discussion of historians, and, therefore, they monopolize the production of knowledge of these processes limited, thus, by historiographic methodologies. Our intention is to contribute a little to this debate by giving it a geographical view. Throughout the work he enters in some controversial points with the intention of not to end the discussions, but of feeding them. It is hoped to be contributing to the continuity of the discussions, especially those made under the geographic gaze.

**Keywords:** Zona da Mata mineira; Territorial occupation; Historical geography.

## 1. Crítica ao sentido dado em alguns trabalhos à ocupação da região pelos colonizadores

Antes do início da empreitada colonial, os primeiros grupos humanos que ocuparam terras atualmente pertencentes à região da Zona da Mata mineira foram tribos indígenas. Muitas delas eram provenientes da costa ou da região das minas, deslocadas em função dos confrontos tidos com o avanço das frentes de expansão colonial. Ao recuarem frente este avanço, essas tribos

encontraram refúgio nos limites das matas dos Sertões do Leste\*, um espaço ainda pouco explorado pelo colonizador e com características ambientais parecidas com o dos seus locais de origem (ROCHA, 2008; GIOVANINI; MATOS, 2004).

O índio para os colonizadores, quando não era um “objeto” passível de servir como mão de obra escrava, era visto como um “empecilho” ao projeto colonial. Como resquício deste tratamento formou-se dele uma imagem distorcida e reduzida, que foi reproduzida durante anos pela literatura que versa sobre a ocupação da região, perdurando ainda hoje em maior ou menor intensidade em alguns trabalhos. Exemplo notório foi a classificação reducionista em quatro etnias dos grupos indígenas que habitavam a região: Coroados, Coropós, Puris e Botocudos. Uma classificação estabelecida pelos colonizadores e reafirmada pelos viajantes que não traduziu a diversidade étnica e as diferenças culturais que havia entre as várias tribos indígenas que habitavam a região (ROCHA, 2008). Por isso, antes de discorrer acerca dos primórdios da ocupação dos colonos e da implantação dos primeiros empreendimentos coloniais na Mata, faz-se necessárias algumas críticas a certo tipo de visão que perdura mesmo atualmente na literatura oficial sobre as populações indígenas que povoaram primeiramente a Mata.

São abordagens que, compartilhado da mentalidade do colonizador, idealizam os primeiros colonos desbravadores como se fossem “heróis” que se embrenharam em terras inóspitas e indevassáveis para levarem o “progresso”. Esse tipo de referência, arraigada numa visão eurocêntrica-colonialista, quando não se apresenta escancaradamente dessa forma, reproduz-se de maneira mais discreta ao conceber o colonizador como único personagem de uma história de ocupação que se fez essencialmente do conflito entre colonos e tribos indígenas. Nestes registros as populações indígenas são “tratadas de modo genérico e estereotipadas, quando não consideradas como obstrução ao progresso e ao desenvolvimento da empresa colonial e imperial” (ROCHA, 2008, p. 16). Lamas e Saraiva (2009, p. 57) fazem uma crítica contundente à historiografia que ajudou a sedimentar este tipo de postura na qual “o Estado era percebido como a naturalização de um processo histórico evolutivo, enquanto os demais setores da sociedade que ficavam às margens deste processo (principalmente os índios e negros) eram vistos como bárbaros”. Além deste bom trabalho desses autores, Rocha (2008) quando trata com outra

---

\* No período colonial a distinção “minas” e “sertões” foi a primeira percepção de diferenciação do conjunto geográfico composto pela região das minas e áreas adjacentes. O critério dessa distinção baseava-se na densidade populacional dos colonos. As minas eram os espaços densamente povoados em função das atividades mineradoras. Já os sertões eram os espaços pouco povoados pelo colonizador e com a presença majoritária de tribos indígenas. “Sertões do Leste” foi a denominação dada a parcela leste da capitania que compreende atualmente as regiões Zona da Mata e Vale do Rio Doce. Eram as áreas que ficavam entre a região das minas e as capitanias do Espírito Santo e Rio de Janeiro com acesso ao litoral. A partir da segunda metade do século XVIII, ficou mais evidente outra forma de percepção das diferenças entre os espaços sul e sudeste da capitania com a introdução das categorias “campos” e “matos”. A distinção referia-se às características fitogeográficas dessas áreas. Os campos do sul eram identificados pelo campo arbustivo com árvores de menor porte e mais espaçadas, onde já havia uma agropecuária consolidada para abastecimento da região das minas. Os matos do sudeste eram conhecidos pela presença de uma floresta densa e fechada, onde a ocupação dos colonos era mais restrita. Daí porque o nome dado à região: Zona da Mata. Nome que com o tempo se tornou paradoxal, uma vez que a forma como foi se reproduzindo as atividades agropecuárias acarretou uma profunda devastação da mata atlântica que atualmente se limita em pequenos fragmentos.

conotação da ocupação da região pelos colonos destacando os conflitos entre eles e os índios, também faz uma crítica incisiva a esse tipo de pensamento que ainda perdura.

De fato, a pouca atenção dada às populações pretéritas da região pela história oficial é um dos principais motivos da desvalorização dessa ancestralidade e conseqüentemente, motivo do seu desconhecimento. A ideologia de esquecimento do elemento indígena transmitiu-se às gerações seguintes quase inconscientemente, por isso se sabe tão pouco a respeito dos grupos que habitaram a região antes da chegada dos colonizadores. Selecionou-se um passado ligado às fazendas de café, ou posteriormente, de criação de gado, constituído pelo branco e o escravo. A ideia que ficou do índio foi distorcida completamente, sendo que em vários relatos quando se fala sobre ele, atribui-se uma carga negativa, de “homem mau” (ROCHA, 2008, p. 22).

O ato de ignorar nos trabalhos a presença indígena e sua participação efetiva na formação da sociedade brasileira, algo que na maioria das vezes passa despercebido por já se estar viciado num passado ligado à figura do colonizador como único protagonista, contém em si a perpetuação desta visão. O fato também de mencionar os índios não quer dizer que houve rompimento desta postura, uma vez que a forma como se dá as colocações pode ainda conter o sentido transmitido por este tipo de pensamento, bastando deixar transparecer que os índios foram um “obstáculo à ocupação dos colonos” assim como o foi em certa medida a densa mata atlântica. São abundantes os trabalhos que denotam explicitamente esse sentido, inclusive alguns mais recentes. A superação deste anacronismo na literatura que trata da ocupação da região pelos colonos ainda requer muitas críticas que busquem mudar o sentido que se dá ao que foi de fato a empreitada colonial, não apenas na região, mas no Brasil como um todo.

Feitas estas considerações iniciais, que trazem em parte o entendimento que se tem neste trabalho do que foi o processo de colonização, pode-se passar ao desdobramento deste último na região, já que a partir dele é que se dá com o tempo a incorporação da região ao circuito internacional de acumulação primitiva de capital. O intuito é versar sobre como se deu esta ocupação dos colonos e no que ela gerou de condições materiais para as dinâmicas que viriam a se arrolar no século XIX na região.

## **2. A controvérsia das referências quanto ao início da ocupação dos colonos**

O período inicial de ocupação dos colonos não é questão consensual entre as referências. Parte delas atribui ao século XIX o início da ocupação, negligenciando assim, a ocupação tímida e lenta, porém não desprezível ocorrida no desenrolar do século XVIII. O argumento utilizado pelos autores é que, após o declínio da mineração no centro da capitania, foram as dinâmicas introduzidas pelo café no século XIX que conseguiram atrair um contingente populacional significativo para a Mata.

Para Carneiro e Matos (2010, p. 5) uma das explicações para este posicionamento seria a generalização e má interpretação dos relatos de viajantes que trafegaram apenas ao sul pelo Caminho Novo, e que, portanto, não haviam se deparado com os povoados localizados mais ao

norte. Sabe-se que os relatos dos viajantes foram usados um bom tempo por vários autores como principal referência. Oliveira (2005) pontua muito bem alguns limites na utilização desses relatos como fonte única, destacando a necessidade de confrontá-los a outras.

Outro motivo dado por Carneiro e Matos (2010) para a posição desses autores seria a ausência de algum núcleo urbano de expressividade considerável à época, uma vez que, em termos de aglomeração de colonos nos Sertões do Leste ao longo do século XVIII, o que existiu de maior foram algumas freguesias de pequena magnitude, se comparadas com as vilas então existentes no núcleo minerador. O que havia de predominante eram alguns povoados pequenos e pontualmente dispersos.

Além dessas duas explicações, defende-se aqui outra que também pode ajudar a entender a concepção desses autores que atribuem ao século XIX o início da ocupação da Mata. Como o número de índios, escravos negros e camponeses era neste momento muito superior ao de colonos fazendeiros, para esta literatura, a qual se identifica com a visão criticada anteriormente e que tem como fonte principal os relatos dos viajantes†, não havia ainda “ocupação efetiva” da região a se levar em conta. Com isso, fica evidente como essas populações são “invisíveis” para essas referências. Não considerar no processo de ocupação da Mata feito pelos colonos a convivência e miscigenação entre eles e índios, negros e camponeses pobres, é omitir as raízes da população que ao longo do século XVIII estava se formando na Mata. A colocação de Valverde (1958, p. 25) dizendo que “a Zona da Mata permaneceu como terra sem história, uma área anecúmena até o limiar do século XIX” talvez seja a que traduz melhor o ponto de vista destes autores que ainda se reproduz na literatura oficial sobre a ocupação da região.

No entanto, como defendido por Carneiro (2008), Carneiro e Matos (2010, 2008) e Lamas (2006), não se pode ignorar o desbravamento dos colonos e o povoamento da Mata ao longo do século XVIII. Tal fato, além de ignorar o povoamento que estava crescendo, diminuiria o papel desempenhado tanto pelas atividades agrícolas, quanto pelos primeiros povoados deste período. Agindo-se assim estaria negando boa parte das condições materiais responsáveis pela consolidação da Mata no século XIX. Portanto, o presente trabalho concebe que o período inicial de ocupação dos Sertões do Leste por colonizadores ocorreu ao longo de todo o século XVIII até os dois primeiros decênios do XIX, quando o cultivo do café ainda não havia se espalhado como atividade hegemônica e consolidado outro fluxo migratório de colonos para a região.

### **3. A relação da ocupação inicial com as atividades mineradoras**

---

† A maior fragilidade destes relatos está na seletiva descrição dos viajantes, a qual constava apenas o que julgavam na época ser importante, sendo que aquilo o que consideravam ser digno de nota, era na maioria das vezes o que interessava aos objetivos do projeto colonial. Por isso é que na leitura desses relatos, além de detalhadas informações sobre as características ambientais das áreas descritas para que fosse consolidado o seu domínio e exploração, é constatada também uma grande carga de preconceitos, já que os olhos e julgamentos dos viajantes estavam imersos no código de valores do colonizador que se via como um dominador e único detentor de “bons costumes” e moralidade. Como lembra Lamas e Saraiva (2009), “desfazer essa mitologia regional é [...] também entender as matrizes ideológicas e metodológicas daqueles que foram os responsáveis pela sua criação”.

A forma como se deu o povoamento da Mata ao longo do século XVIII e início do XIX teve estreita ligação com a atividade mineradora do centro da capitania. As primeiras atividades agrícolas implantadas nesta área constituíram-se como suporte às atividades da mineração. De acordo com Frederico (2009, p. 3) a atividade mineradora, mesmo com a sua curta duração, “provocou grandes transformações na organização do território de Minas Gerais e, sobretudo, nas articulações com as regiões vizinhas”. A atividade mineradora teve a capacidade de aglutinar não apenas as regiões da capitania e depois província das Minas Gerais, mas também outras regiões da colônia. Dessa forma, como bem observado por Lamas, Saraiva e Almico (2003), o conceito de “mosaico mineiro”<sup>‡</sup> de Wirth (1982) não se enquadra ao contexto de relações inter-regionais da capitania no século XVIII.

Outra ligação com a atividade mineradora é percebida quando, após a descoberta do ouro no final do século XVII, a Coroa adotou a política de proibir concessões de terras e abertura de picadas nas áreas de floresta dos Sertões do Leste a fim de evitar o contrabando, o que explica porque que os Sertões do Leste eram também chamados de áreas proibidas. Tais políticas só foram extintas definitivamente em 1805 quando as atividades nas minas já estavam em franca decadência. Este fato condicionou em parte o ritmo de ocupação vagaroso e relativamente acanhado dos Sertões do Leste ao longo do século XVIII.

Havia muita dificuldade na época para os colonos conseguirem manter-se em áreas mais interiores da Mata onde ainda não havia condições propícias ao estabelecimento de atividades agropecuárias. Isso porque a Coroa não se esforçou naquele momento para estabelecer uma empreitada de exploração e ocupação efetiva daquelas áreas com a abertura de caminhos e criação de condições materiais que impulsionasse a ocupação. Ao contrário disso, o interesse maior era manter aquela área isolada atuando como uma barreira natural aos possíveis descaminhos do ouro. A exceção a isso foi a criação do Caminho Novo mais ao sul ainda nos primeiros anos do século XVIII, já que para o transporte mais seguro do ouro ele se fazia de extrema necessidade.

#### **4. Os vetores de ocupação**

Apesar do impedimento legal da Coroa houve no correr do século XVIII a formação de alguns pequenos povoados além do início de algumas atividades agrícolas. Como pontua Carneiro (2008), à revelia dos decretos Reais e ainda no auge da extração aurífera, acontecia a ocupação de áreas que mais tarde pertenceriam a atual Zona da Mata. A propagação da ocupação dos colonos se deu ao longo dos vales dos rios, buscando o recurso hídrico como

---

<sup>‡</sup> Wirth (1982) alcunhou o conceito “mosaico mineiro” para expressar o fato de que na unidade de Minas Gerais o desenvolvimento de cada região se constituiu numa linha diferente de tempo, o que proporcionou ao estado uma história de crescimentos desarticulados e descontínuos.

condição para a fixação. A edificação de capelas também contribuiu para aglutinar em torno delas os povoamentos, já que na época a Igreja exercia uma grande centralidade na vida social. Nesse processo identificam-se dois vetores principais de ocupação que se desenvolveram simultaneamente. Um localizado na porção centro-norte e outro na porção centro-sul do atual contorno regional.

O vetor de ocupação da porção centro-norte iniciou-se nos primórdios do século XVIII. Sua propagação se fez em alguns pontos da bacia do rio Doce, ficando circunscrita nos vales dos rios Piranga e Xopotó§ até meados do século. Era uma área onde se formou alguns povoados com localização bem próxima dos principais núcleos mineradores. O mais importante deles foi o arraial que se tornou depois freguesia de Guarapiranga, atual município de Piranga. A partir dele irradiou-se a ocupação e o devassamento de áreas mais a leste. Segundo Carneiro (2008, p. 119) Guarapiranga “devido à sua posição geográfica, entre a região mineradora e a zona de fronteira, se tornou uma porta de entrada para as investidas nos sertões do leste”.

A gênese e o crescimento demográfico dos povoados nos vales dos rios Piranga e Xopotó deveu-se à presença de veios auríferos, à proximidade com dois dos maiores centros populacionais do período colonial – Vila Rica e Ribeirão do Carmo\*\*, e à existência de características geográficas favoráveis à instalação da atividade agropastoril. Os distritos formados não cresceram muito em função da quantidade pouco expressiva de ouro, do fato de estarem localizados próximos dos principais centros político e econômico da capitania e a eles serem subordinados (CARNEIRO, 2008).

Foram parte integrante do processo de ocupação desta área pelos colonos as práticas de dominação e submissão dos índios por escravidão, catequização, e implantação de aldeamentos, a ponto da freguesia de Guarapiranga alcançar o posto de um dos principais centros de escravidão indígena da capitania na época. A força da resistência dos índios à expropriação de suas terras e à sua sujeição aos colonizadores fez com que esses tivessem que recuar em vários momentos na continuação de sua empreitada. Por isso que Carneiro (2008, p. 129) afirma que “a consolidação dos povoados e arraiais e sua inserção ao circuito da economia colonial foram caracterizadas por uma série de avanços e retrocessos”.

Na busca de ampliar a exploração aurífera e expandir as atividades agropecuárias os colonos continuaram sua marcha de ocupação para o leste, fazendo-se esta muitas vezes por meio de expedições militares por causa dos constantes conflitos com os índios. Dessa forma, ao longo da segunda metade do século XVIII os vales dos rios Turvo Limpo, Casca, e Matipó já eram também pontos de ocupação dos colonos na bacia do rio Doce. A ocupação foi se adensando à

---

§ Na Zona da Mata existem dois rios chamados de Xopotó. O que se trata é afluente do rio Piranga, integrante da bacia do rio Doce e conhecido desde o período colonial por esse nome. Sua nascente fica em Desterro do Melo. O segundo é afluente do rio Pomba, integrante da bacia do rio Paraíba do Sul. Era denominado rio Coroados devido à presença de uma tribo com etnia de mesmo nome em suas margens. Atualmente se chama rio São Geraldo até o município de Visconde do Rio Branco, onde a partir daí denomina-se também rio Xopotó. A nascente deste fica no município de São Geraldo.

\*\* Atuais cidades de Ouro Preto e Mariana.

medida que a crise da exploração do ouro se aprofundava e gerava com isso um processo de ruralização da população da capitania, num movimento de migração centrífuga que ocorreu do centro da capitania para os espaços de borda.

Se antes os conflitos entre os colonos e os índios já eram presentes, com o avanço que houve na ocupação os confrontos se tornaram algo habitual e rotineiro, intensificados ao passo que era reduzido o espaço vital dos índios com a apropriação gradual de suas terras pelos colonos. Mesmo com uma capacidade de enfretamento menor que a do colonizador, a resistência dos índios à dominação foi persistente, reverberando na instabilidade do processo de ocupação empreitado pelos colonos. Tal situação fez com que a Coroa no início do século XIX adotasse atitudes mais enérgicas a ponto de declarar oficialmente “guerra” aos grupos indígenas que não se submetessem ao domínio colonizador. Algumas divisões militares e vários quartéis foram instalados com o intuito de garantir a ocupação sólida desta área. Os grupos indígenas que se mantiveram resistentes às práticas de submissão foram massacrados.

O adensamento do povoamento originou uma agropecuária com elevado nível de mercantilização, favorecida tanto pela proximidade dos mercados de Vila Rica e Mariana, quanto pela existência de condições propícias à instalação de tais atividades como a fertilidade dos solos. Merece destaque o plantio de cana-de-açúcar desenvolvido no arraial de Ponte Nova – atual município de mesmo nome – para produção comercial de aguardente. A fabricação do produto contava com o aparato de um significativo número de engenhos. Conforme Carneiro (2008, p. 139) “o acentuado grau de mercantilização da atividade agropastoril foi resultado, principalmente, de um grande número de lavradores avançados”. Os camponeses se voltaram prioritariamente para a produção de subsistência.

O vetor de ocupação que se desenvolveu na porção centro-sul, assim como o da porção centro-norte, iniciou-se ainda nos primeiros anos do século XVIII. Localizado na bacia do rio Paraíba do Sul e delineado ao longo do vale do rio Paraibuna, este vetor de ocupação teve início com a construção do Caminho Novo, onde num primeiro momento concentrou-se a ocupação de terras por colonos. A criação do caminho objetivou encurtar o trajeto do fluxo de mercadorias e metais preciosos entre a região das minas e o porto do Rio de Janeiro††. Ao longo e em torno dele foram aos poucos se criando roças e pousos para “atender à circulação intensa de tropas, pessoas e mercadorias” (VALVERDE, 1951, p. 26).

Dessa forma, a Mata como zona de passagem logo foi se configurando também como área de produção de alimentos para abastecimento da região das minas e dos tropeiros que

---

†† Antes do Caminho Novo o transporte do ouro era realizado pela rota que passou a ser chamada de Caminho Velho, a qual ligava Paraty a Vila Rica. Já o Caminho Novo ligava essa última cidade até o Rio de Janeiro. Foi construído com o intuito de ser uma via de escoamento do ouro mais rápida e segura entre as minas e o porto do Rio. De acordo com Antonil apud Carneiro (2008, p. 86) “enquanto o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, passando pelo trajeto do Caminho Velho, era de 30 a 43 dias, pelo Caminho Novo gastava-se de 10 a 15 dias”.

trafegavam pelo caminho. A maior parte das primeiras roças foi criada por posseiros<sup>‡‡</sup> e algumas eram sesmarias doadas pela Coroa, conformando-se assim como exceção à política proibitiva de ocupação. A estratégia Real com relação ao uso e ocupação desta área mudava de acordo com as demandas de circulação do ouro. Assim, conforme Lamas (2006) foi de interesse ocupar a área ao longo e em volta do Caminho Novo com a intenção de impedir o descaminho do ouro ao longo do trajeto.

Até meados do setecentos a ocupação desta área margeou as bordas do Caminho Novo, excetuando-se alguns casos específicos de adensamentos pontuais e bem diminutos mais afastados. A partir da segunda metade do século XVIII a ocupação começou a se adentrar pelas bordas do caminho em função do declínio que já havia nas atividades mineradoras, do crescimento das atividades agropecuárias, e da facilidade encontrada pelos colonos ao já haver uma fronteira aberta. A relação dos povoados do vale do Paraibuna com a capitania do Rio de Janeiro se intensificou com a transferência da capital do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Carneiro (2008, p. 104), o impulso que teve a produção agropecuária em Minas com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, “contribuiu para que o sul da Mata se tornasse um importante entreposto dos produtos comercializados pelo e para o Rio de Janeiro”.

## Referências

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Geografia histórica da ocupação da zona da mata mineira: acerca do mito das “áreas proibidas”. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A formação do espaço agrário no leste da capitania de Minas Gerais: vale dos rios Piranga e Paraibuna (1694-1835). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999. (Estudos; 2).

\_\_\_\_\_. **A Zona da Mata Mineira**: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909). 1993. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 2002.

---

<sup>‡‡</sup> Em vários casos a concessão de sesmaria regulamentava uma posse praticada ou mesmo uma compra de terra ainda na condição de posse (CARNEIRO, 2008). Segundo Lamas (2011) havia certa preocupação em conseguir o título de propriedade através da concessão de sesmaria, não apenas para se estar regularizado perante à Coroa, mas principalmente como forma de ter a garantia legal da posse frente a um possível conflito por terra, algo que se intensificou à medida que as fronteiras agrícolas começaram a se fechar.



FREDERICO, Samuel. Formação territorial de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 2009.

GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em Movimento**: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GIOVANINI, Rafael Rangel; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Geohistória Econômica da Zona da Mata Mineira. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 2004.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Disputas em torno da terra na área central da Mata mineira (1767-1800). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

\_\_\_\_\_. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos. **Heera**, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, p. 37-54, jan.-jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Povoamento e colonização da Zona da Mata no século XVIII. **Histórica**, São Paulo, n. 8, p. 1-9, mar. 2006.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da zona da mata: uma análise historiográfica. **Heera**, Juiz de Fora, v. 4, n. 6, p. 50-70, jan.-jun. 2009.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma Historiografia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. **Anais...** Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 84 p. (Tudo é história; 132).

MULS, Nair Costa. A Formação da Estrutura Agrária Mineira e a Gênese do Campesinato. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 94-109, set.-dez. 1990.

ROCHA, César Henrique Barra. **Zona da Mata Mineira**: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. 128 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 120 p. (Milton Santos; 12).

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: normas e técnicas. 6. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 231 p.

SOARES, Josarlete Magalhães. Cartografia e ocupação do território: a zona da mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG, 2009.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 1, p. 3-82, jan.-mar. 1958.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Edusp, 1951.